



Defesa de honorários, combate à captação ilícita e alerta ao fakenews marcam Colégio de Presidentes de Campo Verde

Páginas - 8 e 9

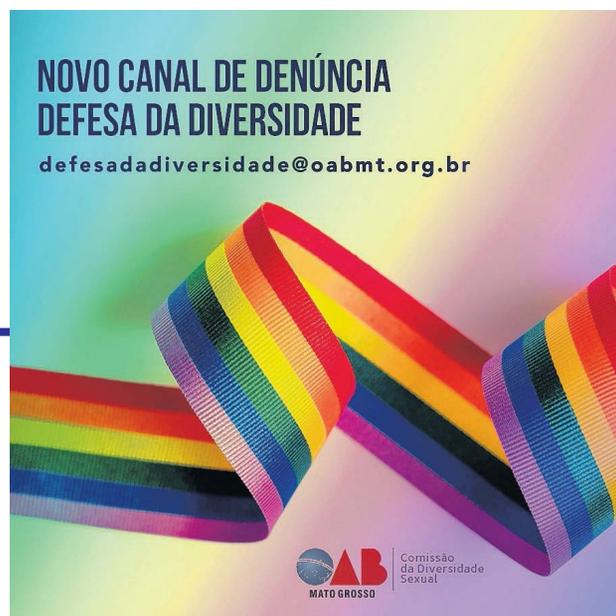


OAB destaca anseios do cidadão como principal destinatário da Justiça

Página - 3

Lançado canal de denúncia para advocacia vítima de práticas de LGBTFobia

Página - 07



Uso de defensivos agrícolas polariza debate em audiência pública e OAB-MT ampliará discussão

Página - 10

Ordem cria grupo de trabalho para analisar principais demandas da advocacia de MT

Página - 5

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Gisela Alves Cardoso

Secretário-Geral

Flávio José Ferreira

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Augusto Vieira de Figueiredo

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltró

Conselheiros Federais

Felipe Matheus de França Guerra
Joaquim Felipe Spadoni
Ulisses Rabaneda dos Santos
Ana Carolina Naves Dias Barchet
Dúilio Piatto Junior
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Ana Laura Pereira
Aleandra Francisca de Souza
Antonio Luiz Ferreira da Silva
Claudia Pereira Negrão
Claudio José de Assis Filho
Daniele Izaura da Silva Cavallari Rezende
Dauto Barbosa Castro Passare
Diego Gutierrez de Melo
Edmar de Jesus Rodrigues

Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
Felipe de Oliveira Santos
Hélio Udson Oliveira Ramos
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishiyama
Henei Rodrigo Berti Casagrande
João Mário Silva Maldonado
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Kleiton Araújo de Carvalho
Leonardo André da Mata
Luis Felipe Oliveira de Oliveira
Marina Ignotti Faiad
Mauro Paulo Galera Mari
Pedro Martins Verão
Roberta Vieira Borges Felix
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Ronaldo Bezerra dos Santos
Samir Hammoud
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alino Sena Rodrigues
Arnaldo Rauen Delpizo
Bruna Ergang da Silva
Bruno de Castro Silveira
Christian Jacks Lino Gasparotto
Cibeli Simões dos Santos
Cristiano Alcides Basso
Daniele Yukie Fukui
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Fernanda Mamede Beck Roveri
Gabriela de Souza Correia

Gustavo Tostes Cardoso
Ivan Carlos Santore
Jaqueline Proença Larréa Mees
Jefferson Luis de Queiroz
José Luiz de Aguiar Bojikian
Kamila Michilo Teischmann
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Leonardo Giovane Nichele
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Correa
Mário Olímpio Medeiros Neto
Narana Souza Alves
Nelson Aparecido Manoel Junior
Pedro Antonio dos Santos
Reinaldo Américo Ortigara
Rhandell Bedin Louzada
Ricardo Ferreira de Andrade
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Zeferino Pereira
Juliana Ribeiro Salvador
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Tatiane de Barros Ramalho
Wanessa Correia Franchini Vieira

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
Mário Olímpio Medeiros Neto
Helio Udson Ramos de Oliveira
Marina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora**Presidente:** Flávio José Ferreira

Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Julierme Romero
José Luis de Aguiar Bojikian
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Membros: José Sebastião de Campos Sobrinho
Daniele Yukie Fukui Rebouças
Roberta Vieira Borges
Ricardo Ferreira de Andrade
Luis Carlos de Oliveira Assumpção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT)**Presidente**

Italo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretária-Geral

Clarissa Lopes Dias

Secretário-Geral Adjunto

Fabrício Renan Pasto Pavan

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

DIRETORIA DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-Presidente

SILVANO MACEDO GALVÃO

Secretário-Geral

CHRISTIANO ALEXANDRE GONÇALVES DE SOUZA

Membros Relatores**1ª TURMA****Presidente**

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Membro

DIÉGO MONTEIRO DE ARRUDA FORTES

Membro

ESTELA MARIS PIVETTA

Membro

RAQUEL BRAZ MARUO MACHADO

Membro

MAURÍCIO SALES FERREIRA DE MORAES

2ª TURMA**Presidente**

ROBERTO ANTUNES BARROS

Membro

BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO

Membro

LETICIA PEREIRA

Membro

ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA

Membro

LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA**Presidente**

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Membro

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA

Membro

HUDSON ROQUE BOBATO SCHMIT

Membro

FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM

Membro

ALENCAR FELIX DA SILVA

4ª TURMA**Presidente**

JOÃO MANOEL JUNIOR

Membro

JOSÉ RAVANELLO

Membro

LUCIANE BORDIGNON SILVA

Membro

LUIZ ANTONIO GIROLDO FILHO

5ª TURMA**Presidente**

GILDO CAPELETO

Membro

ANA MARCIA SOARES MODESTO

Membro

VLAMIR MARCOS GRESPLAN JUNIOR

Membro

ELDER KENNEDY DE ALMEIDA SANTOS

Membro

PAULO HENRIQUE GAIVA MUZZI

6ª TURMA**Presidente**

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Membro

VINÍCIUS MANOEL

Membro

VANESSA PINHO SILVA

Membro

MAYARA TONETT GALIASSI SCHEID WEIRICH

Membro

ADRIANO COUTINHO DE AQUINO

7ª TURMA**Presidente**

HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Membro

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO

Membro

JULIANO HIGINO DA SILVA JUNIOR

Membro

VANESSA PIVATTO

Membro

ANDERSON ADIEL POSTAL

8ª TURMA**Presidente**

EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPI

Membro

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA

Membro

JOSINEIA SANABRIA ORTIZ PRADO

Membro

LAURA GABRIELA BALBINOT DOS ANJOS

Membro

EVANDRO SILVA FERREIRA

9ª TURMA**Presidente**

ESTEVAO PINHEIRO JOTA

Membro

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS

Membro

LETICIA SILVA DE LIMA

Membro

MARIA TERESA MARANHA PASTANA

Membro

RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA

10ª TURMA**Presidente**

LUIZ CARLOS MOREIRA DE NEGREIRO

Membro

MARCELO AUGUSTO BORGES

Membro

CAROLINA ATALA CASTILHO

Membro

RAPHAEL NAVES DIAS

Membro

EVANDRO SILVA SALVADOR

11ª TURMA**Presidente**

HUMBERTO AFFONSO DEL NERY

Membro

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Membro

TENILLE PEREIRA FONTES

Membro

GABRIEL AUGUSTO CAMILO ANCHIETA

Membro

JOÃO PAULO HADDAD FRANCO DÁLIA

DIRETORIA DO TDP**Presidente**

Andre Stumpf Jacob Goncalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Gilberto Maltz Scheir

Secretário-geral Adjunto

Alex Martins Salvatierra



EXPEDIENTE

Jornalistas:
Natacha Wogel - DRT/MT 794
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243 e ZF Press

Fotografias:
ZF Press, Assessoria/TJMT
e Eugênio Novaes/assessoria CFOAB

Diagramação e Editoração:
Cláudio Castro - DRT/MT 351

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional**Tiragem:** 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

OAB-MT ressalta anseios do cidadão como principal destinatário da Justiça

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, participou, no dia 11 de junho, da 1ª Audiência Pública para elaboração do Plano Plurianual e Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (2021-2026).

Integrando a programação do Judiciário em Movimento, o evento foi realizado no Fórum de Várzea Grande, um dos 13 municípios do Polo I, com o objetivo de levar o debate para mais próximo dos cidadãos.

“Este é um momento importante para que caia qualquer cortina que possa distanciar o Poder Judiciário da população. O Poder Judiciário precisa ouvir seu maior destinatário, seu maior cliente, que é o cidadão de cada um dos quatro cantos deste Estado”, destacou o presidente da OAB-MT.

Ele ressaltou que o Poder Judiciário tem dever constitucional de estar equidistante das partes, mas que essa equidistância não pode, jamais, significar distância do cidadão.

Presidente do Tribunal de Justiça de



Mato Grosso (TJMT), o desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha explicou que o Judiciário em Movimento pretende ir aos lugares mais longínquos do Estado, buscando as necessidades da população, até 30 de junho de 2020.

Conforme o magistrado, a audi-

ência pública é o local adequado para a promoção desse debate. Os encaminhamentos do evento embasarão o Plano Plurianual (2020-2023) e o Planejamento Estratégico (2021-2026).

“É através dessa junção de pensamentos, desse conhecimento do princi-

pal destinatário da distribuição de Justiça que a OAB-MT tanto prega, que é o cidadão, que nós podemos e temos a possibilidade de construir um sistema que realmente distribua Justiça dentro das necessidades e expectativas das pessoas”, comentou.

Entre os principais pontos do eixo de debates da audiência pública, o acesso à Justiça foi um deles. Leonardo Campos reforçou a importância do debate junto à população é essencial para avaliar aspectos imprescindíveis. Isso porque o processo eletrônico é um caminho sem volta, mas para que ele realmente encurte distâncias, é preciso conhecer a realidade estrutural de cada município, sua estrutura de banda larga e tecnologia para que a digitalização proces-

sual não afaste o cidadão e atrapalhe os operadores de Justiça.

Diante desse cenário, com dificuldades orçamentárias e distâncias continentais, o presidente da OAB-MT elencou que o principal desafio do Poder Judiciário é “fazer mais, com menos”.

Ordem vai ao STF contra revista de advogados em fóruns

O Colégio de Presidentes das Seccionais, realizado em Brasília, no dia 18 de junho, solicitou ao Conselho Federal da OAB o imediato ingresso no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação contra a revista de advogados em fóruns de justiça. Para os presidentes do Sistema OAB a advocacia vem sendo tratada de forma discriminatória em todo o país, sendo necessário acionar o Supremo contra a irregularidade.

A OAB nacional vai ingressar com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) na Corte para garantir isonomia aos advogados, como destacou o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz.

“É absolutamente inaceitável que o fórum crie discriminação entre aqueles que fazem parte da família forense. O advogado é indispensável ao funcionamento da justiça, mas é fato que em boa parte dos fóruns no Brasil, onde até há neces-

sidade de segurança - juízes, promotores e servidores não passam pela revista que é exigida no caso dos advogados. Ou a revista serve para todos ou ela não se aplica para aqueles que fazem parte do sistema de justiça no País. É uma questão de isonomia”, afirmou Felipe Santa Cruz.

O Colégio de Presidentes também decidiu acionar o Conselho da Justiça Federal (CJF) para solicitar a revisão e a majoração da tabela de honorários dos advogados dativos. O objetivo é valorizar a atividade de quem atua na defesa e na garantia de justiça da popu-

lação mais carente.

Outro tema debatido no encontro foi a proliferação de cursos de

Direito no Brasil. O Colégio propôs o ajuizamento de Ação Civil Pública para barrar novas autorizações de abertura de cursos jurídicos. O sistema OAB também vai apoiar um projeto de lei, em andamento na Câmara, para tornar vinculativo o parecer da Comissão Nacional de Educação Jurídica da OAB quando da solicitação de novos cursos ao Ministério da Educação (MEC).

O Colégio de Presidentes deliberou ainda sobre a necessidade de convocar toda a advocacia para acompanhar a votação do projeto de lei que criminaliza a violação das prerrogativas. A expectativa é que a medida seja apreciada no Senado na próxima semana e a mobilização da classe será fundamental. Ao final do encontro foi publicada uma carta com todas as deliberações do colegiado.



CFOAB, após pleito da OAB-MT, requer alterações em normas do MP que limitam acesso a inquéritos e procedimentos

Atendendo ao pleito da OAB-MT, o Conselho Federal da OAB requereu alteração em resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP-MT) que versam sobre a impossibilidade de realização de vista e cópia de autos de inquérito civil e procedimentos de investigação instaurados pelo órgão. A medida foi tomada depois que o Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT fez o pedido de providências.

O CFOAB pleiteou a alteração do art. 7º, §1º da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2017 do CNMP, bem como o art. 77, §1º da Resolução n. 052/2018, editada pelo Conselho Superior do MP-MT em nome da garantia das prerrogativas profissionais da advocacia.

A OAB-MT recebeu reclamações de advogados que, diante das resoluções,



teriam tido acesso limitado a inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados no âmbito do MP-MT.

Conforme as razões apontadas pelo CFOAB, nos dispositivos questionados “é possível vislumbrar imposição

de formalismo excessivo aos interessados em acessar autos de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no âmbito do Ministério Público, tendo em vista que o requerente justifique e esclareça a razão do pedido”.

risdicionados, por terem seus direitos desrespeitados.

Assinado pelo presidente nacional da OAB, Felipe Santa Cruz, no dia 19 de junho, a entidade aguarda a manifestação sobre o pleito.

O Conselho Federal argumentou que, não sendo casos de demandas que tramitem em segredo de justiça, não se mostra razoável exigir que seja elucidado o motivo do pedido, “tendo em vista o caráter público dos processos e procedimentos que não estejam gravados de sigilo”, reforçando que, no caso de pedido formulado por advogado, a negativa de acesso e extração de cópias de autos ou o excesso de formalismo imposto para que o pedido seja atendido geram prejuízos ao trabalho e estão em “frontal desacordo” à prerrogativa do profissional.

Ainda afirmou que os prejuízos, além de impactarem no trabalho do defensor, são do ju-

Corregedoria do MP acata pedido da Ordem e revoga portaria que afrontava exercício

A Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT e o Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) acionaram a Corregedoria do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) em razão de uma portaria da Promotoria de Justiça da Comarca de Marcelândia. O documento regulamentava, de forma restritiva, o acesso a autos de inquéritos policiais, termos circunstanciados e processos criminais.

De acordo com a portaria, o acesso aos autos e procedimentos criminais só poderia ser feito mediante apresentação de procuração e demais documentos que comprovassem a outorga da parte representada.

Diante da situação, o presidente da Comissão de Direito Penal da OAB Colíder, Paulo Rogério de Oliveira, pro-

vocado pelo advogado Reginaldo Alves, procurou o TDP em razão das violações às prerrogativas da advocacia.

A OAB-MT, por meio do TDP e da Comissão de Direito Penal e Processo Penal, reforçou a violação frontal às prerrogativas dos profissionais da advocacia no ofício enviado à Corregedoria do MP-MT e pediu a tomada de providências imediatas, tendo em vista os efeitos que a advocacia da região já estava sentindo em função do ato.

A Corregedoria do Ministério Público, depois de considerar que a portaria da Promotoria de Justiça de Marcelândia mostrava-se desnecessária por disciplinar direito já regulado por atos normativos com superioridade hierárquica, revogou o documento.

TJMT reforma decisão de juiz que exigia procuração com firma reconhecida após intervenção da OAB

A desembargadora de Mato Grosso Clarice Claudino da Silva reformou a decisão de um juiz de direito da 1ª Vara Cível da comarca de Água Boa depois que a OAB-MT, através do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, interveio como amicus curiae para que advogados ficassem dispensados de apresentar procuração com firma reconhecida para levantamento de valores.

A magistrada deu provimento ao agravo de instrumento impetrado pela OAB-MT, que afastou a exigência imposta pelo juízo de Água Boa. O magistrado condicionava o levantamento de valores em um processo somente com a apresentação de procuração específica e com firma reconhecida, da qual constasse o valor originalmente depositado.

Na decisão, a desembargadora observou que o Código de Processo Civil,

em seu artigo 105, regula as exigências formais da procuração. “Nota-se que o dispositivo em comento regula de maneira expressa, no parágrafo segundo, as exigências formais da procuração, sem dela constar qualquer obrigatoriedade de que a assinatura do outorgante seja reconhecida por tabelião. Assim, é dispensável o reconhecimento de firma das procurações ad judicium et extra, porque gozam de presunção de veracidade”, assinalou na decisão.

Por fim, Clarice Claudino da Silva determinou: “Assim, sem maiores delongas e em consonância com o entendimento sufragado pela egrégia Corte Superior, com fundamento no Verbete n.º 568 da Súmula do STJ, dou provimento ao recurso e reformo integralmente a decisão, a fim de dispensar a juntada de nova procuração com firma reconhecida”.

OAB-MT cria grupo de trabalho para analisar principais demandas da advocacia

A OAB-MT criou um grupo de trabalho para estudar as decisões, a prática jurídica no âmbito dos Juizados Especiais e o aprimoramento do juízo. A medida foi tomada durante a reunião de dezenas de profissionais da advocacia com as comissões de Direito Civil e Processo Civil, Defesa do Consumidor e Juizados Especiais (Cojesp) com a diretoria da entidade.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos ressaltou que os juizados especiais são um importante e essencial instrumento de distribuição de Justiça, especialmente para a população mais carente, devido à sua informalidade e priorização da celeridade.

Litigância de má-fé, produção de provas pelo juízo e a não gravação



das sessões de julgamento das turmas recursais foram os principais temas elencados pelos advogados e advogadas que atuam nos Juizados Especiais no encontro realizado em 14 de junho.

Diante do debate promovido, o grupo de trabalho receberá as decisões que comprovem os pontos elencados, como, por exemplo, imparcialidade do juízo, aplicação de multas por litigância

de má-fé, produção de provas de ofício pelo magistrado, entre outros.

Os profissionais da advocacia devem encaminhar o material para o e-mail observatoriocpc@oabmt.org.br. O material será analisado pelo Grupo De Trabalho, composto pelas comissões de Juizados Especiais, Defesa do Consumidor e Direito Civil e Processo Civil, para definir as medidas a serem adotadas diante de cada situação debatida.

“Faremos um amplo estudo visando o aprimoramento do funcionamento desse microsistema e, depois, buscaremos o Poder Judiciário para, juntos, buscarmos melhorias no complexo dos Juizados Especiais em Mato Grosso”, destacou Leonardo Campos.

Ainda, como resultado da reunião, a OAB-MT irá requerer a transmissão pela internet das sessões das turmas recursais, assim como ocorre no âmbito do TJMT.

OAB-MT solicita e TRE-MT acata pedidos da Comissão de Direito Eleitoral

Os membros da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT estiveram reunidos com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), Gilberto Giraldelli, com o objetivo de solicitarem algumas demandas consideradas essenciais na rotina jurídica. Já no encontro, alguns dos pedidos foram acatados.

Dentre eles, o TRE-MT afirmou que providenciará um formulário eletrônico para que os advogados possam fazer pedidos de preferência de pauta nos julgamentos antecipadamente. Outra demanda acatada por Giraldelli é quanto à permissão de veículos adesivados com candidatos políticos possam ter acesso ao estacionamento do órgão.

A reunião produtiva, com resultados positivos, o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT, Luiz Derze, disse se dever ao trabalho anterior dos membros do grupo. “Essas demandas apresentadas aqui hoje foram possíveis porque decidimos em reunião ordinária com o colegiado da Comissão uma pauta única. Os pedidos foram feitos com base na vivência da advocacia e, durante o encontro com o presidente do TRE-MT, mencionamos exemplos de situações que já vivenciamos. Portanto, fizemos as proposições pontuais e extremamente pertinentes”, afirma.

Giraldelli, por sua vez, destacou a importância de encontros como esse



para o aprimoramento da Justiça e afirmou que outras solicitações da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT serão posteriormente avaliadas.

“Esses diálogos são extremamente construtivos. A Justiça é dinâmica, se modifica a cada dia, e essas manifestações da advocacia são fun-

damentais para que nós possamos aprimorar a prestação jurisdicional. A OAB trouxe as suas aspirações e muitas delas são legítimas. Nós vamos estudar todas elas e vamos dar uma resposta, em boa parte positiva, quanto aos anseios que foram demonstrados na reunião”.

Ordem pleiteia participação em comissão especial para atualizar Constituição de MT

Com 30 anos de promulgação, a Constituição do Estado de Mato Grosso passará por um processo de atualização. Para isso, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) instituiu uma comissão especial.

Uma das principais entidades representantes da sociedade civil organizada, a OAB-MT, considerando sua finalidade institucional prevista na Lei 8.906 de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito,

entre outros, solicitou a participação na comissão especial do Legislativo.

Entre suas comissões temáticas, a OAB-MT conta com a Comissão de Estudos Constitucionais, cujos membros poderão atuar como consultores

e colaboradores junto à comissão especial da ALMT, contribuindo técnica e isentamente para a atualização da Carta, de forma a garantir a segurança jurídica do Estado e a preservação dos direitos sociais.



Comissão da OAB-MT contribui com debate sobre regularização das sesmarias na Baixada Cuiabana

A Comissão de Assuntos Fundiários da OAB-MT participou da discussão realizada na audiência pública, promovida pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, sobre a regularização fundiária das Sesmarias na Baixada Cuiabana. O evento aconteceu na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e reuniu todos os atores envolvidos no processo, entre eles os órgãos de regularização como Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), o Instituto Nacional de Colonização e Regularização Agrária (Incra) e a Associação dos Registradores e Notários de Mato Grosso (Anoreg-MT), além de entidades de classe e produtores rurais da região.

O evento também contou com a participação da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB-MT.

A Sesmaria foi um instituto jurídi-

co português utilizado no período colonial Brasileiro que visava a distribuição de terras voltadas à produção agrícola.

Conforme o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Houseman Aguliari, a importância da audiência residiu em três aspectos: o esclarecimento sobre o contexto histórico do instituto, a questão do georreferenciamento das propriedades e a manifestação das comissões municipais de regularização fundiária.

Muitas das sesmarias expedidas em Mato Grosso, explicou o advogado, em especial na Baixada Cuiabana, não possuem elementos técnicos que possam permitir a plotagem, o desenho do perímetro do imóvel na base cadastral do Intermat. A situação gera, como assinalou, uma insegurança jurídica aos proprietários rurais que buscam o órgão para obter uma certidão, uma validação da área.

“O proprietário possui o título de propriedade registrado no cartório de imóveis, só que a origem dele remete a uma sesmaria que não consta dentro do sistema do Intermat”, completou Houseman Aguliari.

“A OAB teve sua participação e sua contribuição na vanguarda da sociedade se colocando à disposição, tanto do Tribunal de Justiça quanto dos outros atores, para realização de um estudo mais aprimorado a fim de buscar um mecanismo, junto dos demais, pelo qual se possa realizar a validação dessa sesmaria e suprir a lacuna que existe entre o registro de imóveis e a base de dados do Intermat”, mencionou o representante da entidade no evento.

Por fim, o advogado ponderou sobre a necessidade da resolução desse problema para trazer segurança ao direito

de propriedade do pequeno e do grande produtor, bem como de todos os moradores da região da Baixada Cuiabana.

O presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB-MT, Guilherme Azevedo Miranda Mendonça, depois de acompanhar a discussão, ponderou que a regularização das áreas em debate vem a garantir uma série de direitos à população.

“Em suma, a regularização das áreas denominadas Sesmarias garante o direito social à moradia, acesso a serviços públicos, promove a cidadania e a qualidade de vida da população beneficiária. Também garante que os imóveis ali construídos sejam bens familiares, que poderão ser repassados às futuras gerações, fomentando inclusive o mercado imobiliário e econômica local”, listou o advogado.

TJ regulamenta intimação via WhatsApp e interessados devem aderir ao procedimento

O TJMT regulamentou o procedimento de intimação pelo aplicativo WhatsApp no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, da Fazenda Pública e Turma Recursal, de forma que os interessados deverão aderir à metodologia.

A OAB-MT analisou a questão e defendeu a não obrigatoriedade de adesão ao sistema.

A medida visa assegurar celeridade, economia processual e aces-

sibilidade às partes, especialmente àquelas que residem em áreas não atendidas pelo serviço postal. No entanto, para poder ser intimado pelo aplicativo, a parte interessada deverá preencher o Termo de Adesão, que poderá ser revogado a qualquer momento quando não houver intimação pendente.

No ato da adesão, o Poder Judiciário esclarece que, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários

ou qualquer outro de caráter sigiloso, sendo o serviço limitado ao ato de intimação. Eventuais dúvidas deverão ser tratadas exclusivamente no cartório de serventia que expediu o ato.

A intimação feita pelo WhatsApp será encaminhada ao número de telefone informado pela parte no Termo de Adesão contendo a imagem do pronunciamento judicial com a identificação do processo e das partes.

De acordo com a portaria, o

procedimento de intimação será considerado realizado a partir do momento que o aplicativo demonstrar o comprovante de envio, independentemente de confirmação de recebimento pelo usuário do telefone celular de destino.

Aqueles que optarem por não aderir ao procedimento de intimação via WhatsApp continuarão sendo intimados pelos meios de comunicação previstos em lei.

OAB-MT cria canal de denúncias contra práticas de LGBTFobia na advocacia

Por iniciativa da Comissão de Defesa da Diversidade Sexual, no Dia do Orgulho LGBTQI+ (28 de junho) a OAB-MT criou mais uma ferramenta de combate à LGBTFobia. Agora, profissionais da advocacia passam a contar com o Canal de Defesa da Diversidade, onde poderão denunciar qualquer ato de discriminação, preconceito ou constrangimento em relação à sua sexualidade.

Pelo e-mail defesadiversidade@oabmt.org.br poderão ser encaminhadas as denúncias de quaisquer atos praticados contra advogados e advogadas, em seu exercício profissional, que atentem contra a sua sexualidade.

“Este canal terá a função de receber denúncias de profissionais que sofram qualquer constrangimento no exercício de suas funções, seja dentro da Ordem, nos escritórios, tribunais, delegacias e qualquer repartição pública”, explicou o presidente da comissão, Nelson Freitas Neto.

Todo o material encaminhado pelo endereço eletrônico será analisado pela comissão para a devida tomada das providências cabíveis. Além disso, a participação dos profissionais denunciando os casos permitirá o mapeamento dos locais onde será necessário realizar um trabalho de conscientização.



Ordem integra rol de instituições que debatem medidas por adoção tardia em MT

Para demonstrar o que diz o ordenamento jurídico brasileiro sobre adoção e a necessidade de medidas que garantam o sucesso da adoção tardia diante de um cadastro de 5 mil crianças e adolescentes aguardando por uma família em todo o país, a OAB-MT integrou o rol de instituições que participaram do debate “Visibilidade das crianças e adolescentes aptos à adoção por meio da tecnologia”, no início de junho. Realizado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP-MT), o encontro tratou das diferentes posições a respeito do evento “Adoção na Passarela”, ocorrido em maio, na Capital, e possíveis medidas para impulsionar a adoção tardia no Estado.

Representando a Comissão da Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT, o advogado José Rodrigues Rocha Júnior apresentou a estrutura jurídica referente a imagem de crianças e adolescentes no Brasil, assim como as normas que garantem a eles o direito de convivência familiar e comunitária, mote do evento realizado pela Associação de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) em conjunto com a entidade.

A fala do advogado também pontuou a diretriz do Conselho Nacional de Justiça sobre a necessidade de se divulgar a importância da adoção tardia retirando as crianças do anonimato, abraçada por diversos tribunais de Justiça no país. Os órgãos realizam, assim como em Mato Grosso, campanhas estratégicas de divulgação de crianças e adolescentes que permanecem vivendo em lares e abrigos por apresentarem perfis distantes dos desejados pela massiva maioria de famílias que buscam a adoção.

“Diversos tribunais de Justiça como os dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rondônia, Santa Catarina, entre outros, aderiram à ideia de que crianças e adolescentes devem ser mostrados e podem atuar na tentativa da própria adoção”, apresentou o membro da OAB-MT.

Assim como o “Adoção na Passarela”, outras estratégias de divulgação das crianças acima de 5 anos de idade aptos à adoção também são feitas no Estado, como exposição fotográficas com famílias adotivas e padrinhos, por exemplo, ainda realizada pela Ampara com apoio da CIJ da OAB-MT. A primeira edição do evento na passarela, realizado em um shopping de

Várzea Grande, culminou na adoção de dois adolescentes.

Quanto à polêmica gerada nas mídias sociais entorno da ação, José Rodrigues Rocha Júnior, que também é presidente da Comissão de Cultura e Responsabilidade Social da OAB-MT, apontou: “Por fim, melhor será que algo positivo surja em razão de toda essa polêmica. Nesse sentido, poderiam todos os que foram muito ativos no debate se engajarem em projetos de apadrinhamento e de busca tardia, ainda que sem divulgação de imagens”.

Participaram ainda do debate o diretor do FESMP-MT, Joelson Maciel; o procurador de justiça representando o MP-MT, Paulo Prado; a assistente social da Ampara, Denise Pereira Campos; a professora doutora da UFMT, Pamela Saunders Craveiro; a representante do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso, a psicóloga Jackeline Mendonça; o secretário-adjunto do Estado de Assistência Social, Aguinaldo Garrido; a presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MT), Andreia Amorim; a procuradora de Justiça aposentada Lília Alves Ferreira e o defensor público Márcio Bruno de Lima.

MT contribui com projeto para assegurar assento da advocacia em conselhos de idosos

A inserção de profissionais da advocacia, sobretudo de jovens, como conselheiros em conselhos estaduais e municipais de Direito da Pessoa Idosa, medida que deve ser pleiteada junto ao Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa, foi a principal contribuição da OAB-MT à Carta de Belém (PA). O documento foi elaborado durante o III Colégio Nacional de Presidentes de Comissões dos Direitos da Pessoa Idosa, sediado na capital paraense.

“O projeto então apresentado visa à participação voluntária do advogado perante o Conselho Municipal do Idoso nos 141 municípios do Estado. A figura do advogado como conselheiro será um avanço sobre as discussões da política social do idoso, considerando a necessidade do conhecimento jurídico”, pontuou o presidente da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT e proponente da medida, Isandir Rezende.

O representante de Mato Grosso esclareceu que sua comissão buscará a parceria da Comissão da Jovem Advocacia, para que seja oportunizada ao jovem profissional a tarefa de ser conselheiro ao mesmo tempo em que poderá oferecer o conhecimento técnico jurídico ao fórum, tendo em vista as diversas áreas do Direito - Previdenciário, Consumidor, Administrativo - em que poderá atuar. “E, acima de tudo, dos direitos assistidos aos nossos idosos”, acrescentou.

O projeto deve contar com a parceria da Associação das Primeiras Damas dos Municípios de Mato Grosso para que haja a presença do profissional da advocacia em todos os 141 conselhos municipais da Pessoa Idosa.

Campo Verde se torna capital da advocacia mato-grossense

O Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT e delegadas da CAA/MT teve início em 6 de junho, quando a cidade de Campo Verde, no sul do Estado, foi proclamada a capital da advocacia.

Essa foi a primeira vez que o município sediou o evento, que reuniu representantes da advocacia de todo o Estado para definir as diretrizes e debater as demandas da classe. Além de levar às diferentes cidades todos os dirigentes do Sistema OAB-MT, os colégios provocam impactos positivos na economia local, mobilizando o setor de comércio e serviço.

Representando o prefeito Fábio Schroeter, seu chefe de gabinete, Aparecido Rudnick, deu as boas-vindas aos advogados e advogadas de Mato Grosso. “É uma satisfação muito grande recebê-los em nosso município. Todas as ações que promovam qualidade de vida e o desenvolvimento de Campo Verde podem contar com o apoio da nossa administração”, disse. Também participou da abertura do evento o presidente da Câmara Municipal, vereador Solivan Fonseca.

Delegada da CAA/MT em Campo



Verde, Maurytania Bauermeister afirmou que o evento entra para a história, não apenas por ser o primeiro da gestão, mas o primeiro realizado em seu município.

Em tom de agradecimento, o presidente da subseção de Campo Verde, Nicomedes Lindolfo Freitas Neto, aproveitou a oportunidade histórica da casa para homenagear os ex-presidentes Alexandre Panosso e Maria Frazão, lembrando que o trabalho construído através de várias gestões permitiu chegar àquele momento.

Representantes do Ministério Público, Polícia Civil e da sociedade campo-verdense também marcaram presença na abertura do Colégio.

Para o presidente da CAA/MT, Ítalo Leite, o momento é de grande importância para a advocacia regional, em que é avaliado o que já foi feito e o que precisa ser feito em prol da atividade profissional.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, pontuou que o Colégio de Presidentes é um dos eventos mais importantes

da advocacia de Mato Grosso, onde cada advogado e advogada, representados por suas subseções, pode apresentar seus diferentes anseios e, a partir daí, possibilitar que a classe trabalhe unida para transpor obstáculos.

Ele ainda aproveitou a oportunidade para destacar os temas mais atuais que permeiam a Ordem e a advocacia em todo o país. Diante dos vários desafios apresentados, ainda afirmou que as palavras que definem esta gestão é austeridade e responsabilidade com os recursos da classe.

Leonardo Campos propõe debate sobre fakenews

Tema atual e que aflige todos os setores da sociedade, o combate às fake news foi proposto pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, na abertura do Colégio de Presidentes de Subseções e delegados e delegadas da CAA/MT, em Campo Verde.

“A Ordem tem como um dos seus pilares a liberdade de expressão - direito e garantia fundamental -, mas temos que entender que a internet não pode ser terra de ninguém sob pena de nos tornarmos os maus que sempre combatemos. O direito ao anonimato não é garantia constitucional, portanto, este colégio também deve repudiar e debater esta modalidade propagada pe-

las redes sociais”, declarou.

Ele lembrou o histórico de luta da OAB pela liberdade de expressão e de imprensa, mas ponderou que a informação levada instantaneamente a todos os cantos do mundo precisa ter DNA e ser feita com responsabilidade.

“Precisamos sim atribuir responsabilidade, tanto à imprensa quanto àqueles navegadores daquela que hoje é terra de ninguém. Precisamos evoluir na legislação. Precisamos debater o tema, obviamente e sob qualquer circunstância, pela ótica da manutenção da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa que são pilares da democracia”, disse.



Defesa de honorários e combate às infrações éticas são principais temas

Entre os principais temas afetos à prática da advocacia em Mato Grosso, o Colégio de Presidentes das Subseções da OAB-MT realizado em Campo Verde, no dia 7 de junho, aprofundou o debate sobre conduta ética e prerrogativas da advocacia em diversos aspectos.

O aviltamento de honorários, por exemplo, será alvo de campanha de conscientização e combate à prática. No mesmo sentido, foi informado que o projeto de lei para regulamentação do pagamento da advocacia dativa já está em fase final e deverá ser apresentado ao Governo do Estado até julho.

Também por definição do Colégio de Presidentes será desenvolvido um trabalho junto às corregedorias do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23) para informar aos magistrados sobre a importância da consulta da situação cadastral do profissional da advocacia quando da participação em audiências e atos processuais.

Ainda, no âmbito do combate às infrações ético-profissionais, será criada uma comissão para discutir punições mais rigorosas àqueles que não seguem o Código de Ética da OAB.



Criada comissão para aumentar rigor contra captação ilícita de clientela

De acordo com o artigo 7º do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, é vedado o oferecimento de serviços profissionais que implique, direta ou indiretamente, em angariar ou captar clientela. No entanto, a chamada captação ilícita de clientela tem se tornado cada vez mais constante por meio de eventos como “Feirão Limpa Nome” e outros.

O combate à prática - repudiada pela OAB-MT - será alvo de um estudo aprofundado de uma comissão criada pelo Colégio de Presidentes de Subseções realizado em Campo Verde.

Por deliberação unânime dos representantes da advocacia de todo o Estado, foi designada uma comissão responsável pela elaboração de uma proposta de alteração legislativa a ser encaminhada ao Conselho Federal da OAB visando alterar, tornando mais rígida, a sanção para os profissionais que cometerem a infração.

Composta pelos presidentes das subseções de Sinop, Eduardo Chagas; Várzea Grande, Flávia Moretti, e Cáceres, Fábio Sá, a comissão tem prazo de 60 dias para apresentar a proposta.



Em vigor há cerca de dois anos, o novo CED teve como uma de suas principais características as alterações no que diz respeito às regras acerca da publicidade, justamente com a meta do combate incisivo à captação ilícita de clientes.

A OAB-MT vem atuando permanentemente no combate à prática, fiscalizando e conscientizando os profissionais e alertando a população para que denunciem a atitude junto à entidade. Inclusive, em algumas subseções, a exemplo de Rondonópolis, foi criada a Comissão de Combate à Captação Ilícita de Clientes (Cacic).

Além de a captação ser vedada pelo CED, constitui infração disciplinar prevista no inciso III do artigo 34 da Lei 8.906/94 a utilização e agenciadores de causas, mediante participação nos honorários a serem recebidos.

Carta de Campo Verde traça diretrizes para a advocacia de MT nos próximos meses

Destinado a debater as necessidades da advocacia das diferentes regiões do Estado e definir as diretrizes para a classe nos próximos meses, o primeiro Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT da gestão 2019-2021 também destacou o papel social da entidade em seus debates.

Documento que norteará as ações da OAB-MT em prol da advocacia, a Carta de Campo Verde tem entre seus propósitos o combate ao aviltamento de honorários, investimento na capacitação e atualização permanente da advocacia e trouxe para suas premissas a promoção e ações de enfrentamento à proliferação de fakenews, reafirmação do compromisso em defesa dos direitos e garantias individuais e a discussão de políticas e ações afirmativas para atenção e inclusão de pessoas com deficiência.

Além de elencar os prontos prioritários da classe, o evento apresentou aos representantes dos advogados e advogadas dos diferentes municípios toda a estrutura do Sistema OAB-MT, possibilitando o debate acerca dos cursos oferecidos pela ESA-MT e a elucidação de dúvidas sobre as prerrogativas da advocacia, com a participação do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), e do Código de Ética, por meio do Tribunal de Ética e Disciplina (TED).

Contudo, um dos principais focos deste primeiro encontro entre os presidentes das subseções foi a gestão da entidade. Austeridade e eficiência foram as palavras-chave para nortear o trabalho dos dirigentes, que puderam trocar experiências e esclarecer seus questionamentos sobre as novas determinações de gestão.



Setor agropecuário e pesquisadores polarizam audiência pública sobre defensivos e OAB-MT deve ampliar discussão

Um debate acalorado de mais de quatro horas e meia marcou a audiência pública realizada pela OAB-MT sobre o uso de agroquímicos e a saúde no Estado, ocorrida no dia 12 de junho. Com auditório cheio, o tema foi alvo de discussão entre representantes de diversos setores da sociedade civil organizada e poder público, que polarizaram a necessidade de se produzir alimentos nas condições geográficas de Mato Grosso versus o registro de enfermidades advindas do uso dos produtos nas lavouras.

O secretário-geral da OAB-MT e condutor do debate, Flávio Ferreira, explicou que a intenção da audiência, após a entidade ter sido demandada sobre um posicionamento a respeito do assunto, é a reflexão para, diante do apurado, estabelecer possíveis medidas direcionadas às autoridades que controlam e fiscalizam a questão.

“É uma reflexão sobre o que de fato existe a respeito do agrotóxico, o que tem de positivo e negativo. A OAB não tem lado, quer apurar verdades. A partir dela, procurarmos as autoridades para tomarmos providências”, apontou o advogado, informando da produção de um documento síntese, ao final da discussão, que será encaminhado com pedidos de providências aos órgãos competentes, sem descartar possíveis medidas judiciais.

Representantes do setor produtivo do Estado, ao qual estão ligados mais de 33 mil produtores rurais, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) se fez presente, assim como a Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) – 5,8 mil associados –, que, depois de ouvirem as explanações, argumentaram sobre a legislação cumprida para o uso de produtos químicos nas lavouras e as razões de utilizá-los, tendo em vista a

agricultura praticada em país tropical, onde a necessidade de combater pragas e doenças na produção é maior do que em países de clima temperado.

“Nós temos uma particularidade e somos o país que mais produzimos, entre soja e milho, mais de 60 milhões de toneladas. Estão se questionando a aviação agrícola. Ninguém quer passar com avião (pulverização) em cima de cidade, e nem perto. Temos boas práticas de aplicação. Temos que ter muito cuidado em colocar tudo isso, porque não podemos parar de uma hora para outra. Eu quero é uma solução para se parar com isso, se tem a solução, nos mostrem”, ponderou o diretor de Relações Institucionais da Famato, José Luiz Martins Fidelis. Ele ainda mencionou a importância de a OAB entrar na temática, tendo em vista a importância do aprimoramento da legislação sobre o assunto.

O contraponto da temática ficou com o médico e pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso Wanderlei Pignati, que estuda há mais de uma década os impactos do uso de defensivos agrícolas na saúde e nos mananciais aquíferos de Mato Grosso.

“O que mais nos preocupa é que somos o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. E Mato Grosso é o maior do Brasil. Quando a gente faz uma análise, já publicado em revista científica, nas regiões mais produtoras do Estado é onde tem mais intoxicação aguda, conforme dados do Ministério da Saúde, onde mais tem incidência de



câncer infanto-juvenil e mais má-formação congênita. Já estamos campeão em termos de incidência”, apontou o pesquisador, informando já ter encaminhado às autoridades públicas o Plano Nacional de Redução do uso de Agrotóxicos.

Professor da Faculdade de Agronomia e Zootecnia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rafael Campagnol, trabalha com a produção de hortaliças por meio do sistema orgânico e do sistema convencional. Ele explicou que para grandes culturas, existe um número muito grande de defensivos. Já para pequenas culturas, geralmente cultivadas por pequenos produtores, não existe uma gama de produtos em mesmo número, o que faz como que muitos adotem produtos que não são autorizados pelos organismos de defesa e controle do país.

“Isso acaba levando muitos produtores a ilegalidade. Eu não sou a favor do uso indiscriminado de agrotóxicos. É preciso fazer as boas práticas culturais. O defensivo é uma ferramenta na produção, mas não é a única forma de controlar doença. É uma ferramenta importante, precisa ser usada, com cautela, somente se necessário. Enquanto

isso, a legislação tem que ser alterada para adequarmos ao nosso sistema produtivo e deixa-lo menos prejudicial à saúde”.

O pesquisador também lembrou um trecho da norma legal vigente no país de que seja banido do uso nas lavouras brasileiras qualquer produto químico que tenha sido

condenado por organismos internacionais de agricultura, saúde e meio ambiente, ou que tenha deixado de ser usado em outras regiões do planeta por causar algum tipo de dano. “O defensivo é uma ferramenta necessária para garantir a segurança da produção da forma como fazemos no Brasil, não é possível tirá-lo de uma vez, mas precisamos começar a descobrir maneiras de reduzir seu uso, sobretudo daqueles que comprovadamente são tóxicos à saúde e ao meio ambiente. Precisa haver uma racionalidade nesse ponto”, acrescentou.

Após a audiência pública, a diretoria da OAB-MT estuda a possibilidade de realizar um seminário sobre o tema com a proposta de promover ainda mais a discussão sobre maneiras de minimizar o uso de defensivos agrícolas nas lavouras de Mato Grosso, conforme anunciado no fim do debate.

Da audiência ainda participaram parlamentares estaduais, outros pesquisadores de universidades de Mato Grosso, representantes do poder público estadual, de municípios e membros das comissões de Saúde, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários da OAB-MT.

Xavantes recebem cobertores arrecadados pela Ordem

Realizada a cada cinco anos em média, uma cerimônia marca a passagem da vida jovem para a adulta na etnia Xavante. Durante uma das etapas, o ritual da Bateção D'Água, os índios passam quase o tempo todo dentro do rio ou às suas margens, mas as baixas temperaturas deste período de inverno os levam a adoecer e até ao

óbito, em alguns casos.

Diante da situação, a Comissão de Defesa da Igualdade Racial da OAB-MT promoveu uma campanha de arrecadação de cobertores durante as últimas semanas.

Com o apoio de diversas entidades que atuam na defesa da igualdade racial, mais de 130 cobertores e mantas foram entregues à Aldeia Nossa Se-

nhora de Guadalupe, na região de Barra do Garças.

A entrega foi feita pela membro-consultora da comissão, professora Silviane Ramos, no dia 24 de junho.

Conforme o líder Xisto Xavante, a cerimônia se estende até o mês de setembro e conta com a participação de 150 jovens e mais 200 padrinhos de diversas aldeias.



OAB Peixoto de Azevedo requer instalação de unidade da PRF na cidade de Matupá

A mudança da Unidade Regional da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Nova Santa Helena para o município de Matupá, no norte do Estado, foi debatida pelo presidente da Subseção da OAB-MT de Peixoto do Azevedo, Marcus Macedo, e o chefe regional do órgão, Leonardo Ramos, com o prefeito de Matupá Valtinho Miotto. A intenção de mudança é da Superintendência Estadual da PRF.

Uma carta de intenções deve ser elaborada e oficializada junto ao governo municipal de Matupá, assim como o projeto da sede, a planilha de custos e a escolha da área a ser instalada a unidade em um trecho da BR-163 entre a ponte do Rio Peixoto e o trevo de entrada para a cidade.

O chefe da Unidade Regional da PRF, Leonardo Ramos, destacou que a localização estratégica do município, no entroncamento das rodovias BR-163 e MT-322, os estudos e dados da potencialidade e desenvoltura da macroeconomia regional, a expansão agropecuária, a infraestrutura e a logística do escoamento da safra de grãos de Mato Grosso até o porto de Miritituba (PA), dentre outros

fatores, favorecem a implantação do órgão em Matupá. Ele lembrou sobre o grande fluxo de veículos pesados que atravessam a Cuiabá-Santarém (BR-163) e os índices de acidentes com vítimas fatais no trecho.

A prefeitura de Matupá demonstrou interesse na proposta, que estaria avalizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com a possível implantação da Unidade Regional da PRF em Matupá, a previsão é de que haja investimentos imediatos na aquisição de viaturas, de equipamentos tecnológicos e no aumento do efetivo em pelo menos 30 policiais rodoviários federais, além de material bélico.

“Agradecemos a acolhida e a receptividade do prefeito Valtinho Miotto. Temos a convicção de que este projeto poderá se tornar realidade e agregar à Segurança Pública. A concretização dessas tratativas resultará na redução de acidentes, salvamento de vidas, combate ao tráfico de drogas e ao contrabando de mercadorias e armamentos, roubos de cargas, além da otimização do patrulhamento das vias federais a fim de evitar crimes de trânsito e fiscalização do tráfego”, salien-



tou o chefe local da PRF.

A subseção de Peixoto de Azevedo da OAB-MT solicitou a instalação de uma unidade da PRF entre a cidade e Matupá tendo em vista o uso da BR-163 na região como via urbana dos dois municípios e, em virtude de disso, o aumento de acidentes com vítimas fatais no trecho, além de crimes.

“Nós entendemos que é de suma importância para a região do Vale do Peixoto. Percebemos que toda a região onde tem unidade da PRF ativa não tem histórico, por exemplo, de crimes na

modalidade do velho cangaço (assalto a bancos com uso de vítimas como escudo humano). Então, isso vai trazer uma segurança não apenas nas rodovias, mas também a toda população das cidades. Temos dado o nome de rodovia da morte à BR-163 no trecho em virtude dos altos índices de morte. Veículos irregulares circulando, condutores embriagados, menores dirigindo e pilotando. É de suma importância a implantação desse posto da PRF porque realmente vai trazer mais segurança e salvar vidas”, finalizou Marcus Macedo.



Evento em Rondonópolis sobre Pacote Anticrime arrecada 100 Kg de alimentos

O evento “Mesa de Debates”, realizado na Subseção de Rondonópolis da OAB-MT pela Comissão de Direito Penal e Processo Penal, promoveu a arrecadação de 100 quilos de alimentos não perecíveis, que foram doados pelos participantes e destinados a uma entidade beneficente da cidade. A realização, cujo tema debatido foi “Pacote Anticrime”, aconteceu no dia 18 de junho.

Os alimentos foram doados à Casa Bom Samaritano, uma entidade que presta atendimento a migrantes e moradores de rua em Rondonópolis. A instituição fornece alimentação aos assisti-

dos, além de orientá-los a respeito dos benefícios públicos assistenciais encaminhando-os aos órgãos responsáveis.

O conselheiro estadual e membro da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT, Bruno de Castro, destacou o trabalho de interiorização iniciado. “O projeto interiorização da comissão visa, além de levar conhecimento técnico científico para o interior, colaborar com instituições filantrópicas das subseções através da doação de alimentos e/ou de objetos, oriundos das inscrições. Iremos manter o mesmo ideal nas próximas etapas”, finalizou.

Já estão abertas as inscrições para Colônia de Férias da CAA/MT



As inscrições para a 13ª Colônia de Férias da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) já podem ser feitas, até 10 de julho, na sede da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O evento ocorrerá entre os dias 15 e 19 de julho, na Associação dos Advogados (bairro Despraçado - Cuiabá). “Como nas edições anteriores, as atividades serão em período integral, das 8h às 17h30. Poderão participar crianças de cinco a 12 anos de idade filhos e/ou dependentes de

advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a OAB-MT”, informa o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

O valor do passaporte individual para os cinco dias de Colônia de Férias é R\$ 320 reais, podendo ser parcelado em até 2x no cartão de crédito. Nesse preço já estão inclusas as refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde) para todos os dias e 01 camiseta da Colônia.

Será permitida a participação de acompanhantes para crianças menores. Neste caso, o valor do passaporte para cada acompanhante será de R\$ 150 reais.

Informações: CAA/MT (65) 3644-1006 / 3644-1374

Ingressos para o 4º Arraiá da Advocacia já estão à venda

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) já comercializa os ingressos para o 4º Arraiá da Advocacia. A festa junina será no dia 26 de julho, a partir das 20h, no Villa Felici Buffet, bairro Boa Esperança, em Cuiabá. O local possui ambiente climatizado e estacionamento gratuito.

Advogados(as) e estagiários(as) poderão adquirir convites individuais ou comprar mesas com quatro ou seis lugares. A venda será feita somente na sede da CAA/MT, em prédio anexo à OAB-MT, no Centro Político e Administrativo. Serão aceitos pagamentos em dinheiro, cartão de débito e crédito.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, conta que, neste ano, tanto as bebidas quanto as comidas terão consumo liberado. Todo o buffet será no sistema all inclusive. E como em anos anteriores, as crianças terão acesso gratuito ao Espaço Kids.

As atrações musicais ficam por conta da dupla sertaneja Sander & Felipe e do DJ Felipe Lima.

Confira os valores:

Mesa com 4 lugares: R\$ 320,00

Mesa com 6 lugares: R\$ 480,00

Crianças de zero a 3 anos de idade: cortesia

Ingresso individual sem cadeira: R\$ 100,00

Ingresso criança de 4 a 7 anos, sem cadeira: R\$ 50,00

Informações: CAA/MT (65) 3644-1006 / 3644-1374

4º
ARRAIÁ
DA ADVOCACIA

DESSA FESTA O CÊ NUM PODE FICA DI FORA!

ADQUIRA SEU INGRESSO OU MESA:

INGRESSO INDIVIDUAL SEM CADEIRA R\$ 100,00
INGRESSO CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS, SEM CADEIRA CORTESIA
INGRESSO CRIANÇAS DE 4 A 7 ANOS, SEM CADEIRA R\$ 50,00
MESA COM 4 LUGARES R\$ 320,00 | MESA COM 6 LUGARES R\$ 480,00
OS VALORES PODERÃO SER PARCELADOS EM ATÉ 2 VEZES

AMBIENTE CLIMATIZADO **COMIDA E BEBIDA À VONTADE** **ESPAÇO KIDS**

Dia 26/07 | 20h
Villa Felici Buffet

Ponto de venda:
SEDE DA CAA/MT

APOIO
MATO GROSSO

REALIZAÇÃO
CAA/MT
Câmara de Advogados
Caixa de Assistência dos Advogados



Em primeiro Colégio, Delegados(as) conhecem mais a fundo serviços e benefícios da CAA/MT

As discussões do I Colégio de Delegados(as) Gestão 2019-2021 da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) começaram de uma forma diferente, em Campo Verde, local do encontro que reuniu representantes das 29 subseções da OAB-MT. Diretoria, Delegados(as) e colaboradores participaram de uma dinâmica de grupo.

“Foi um momento de reflexão e de conhecermos, um pouco, a história de vida de cada um e o que almejam à frente da gestão da nossa Caixa de Assistência no triênio 2019 - 2021”, explica a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra, que, juntamente com a gestora da entidade, Renata Motta, idealizaram a atividade que, em vários momentos, emocionou a todos.

Na sequência, o presidente da CAA/MT, Itallo Leite, falou sobre o funcionamento da Caixa e os principais serviços e benefícios disponibilizados à advocacia mato-grossense. “Este é um importante momento para que todos conheçam o funcionamento da Caixa de Assistência. É também uma oportunidade sem igual para a troca de experiências entre os participantes e para que juntos tracemos o caminho que julgamos ser o melhor para nossa classe”.

Ele lembrou que para a atual gestão, dos 29 Delegados(as), apenas cinco são remanescentes da gestão passada (2016-2018). “Daí a necessidade de apresentarmos a estrutura e funcionamento da nossa Caixa”.

Para a melhor orientação àqueles

que serão os “olhos e ouvidos” da entidade ao longo dos próximos três anos no interior do estado, foi entregue a cada um o Manual do Delegado(a). No livreto, de forma clara e objetiva, é possível encontrar o calendário anual de eventos e o passo-a-passo para a celebração de convênios com empresas e prestadores de serviços, por exemplo.

Melhoras na interiorização dos serviços da Caixa de Assistência por meio das caravanas e a apresentação dos benefícios da contratação do plano de previdência complementar OABPrev também estiveram na pauta do I Colégio de Delegados(as).

A respeito da divulgação, ficou acordado que a equipe da sede providenciará um guia de orientação para postagens nas

mídias sociais. Haverá ainda a intensificação da publicidade do roll de serviços oferecidos aos advogados por meio de posts no Instagram, Facebook e whatsapp.

“Agradeço pela aprendizagem. Chegou na hora certo esse Colégio. Pude clarear minhas dúvidas e criar laços importantes com colegas que já estão me proporcionando caminhos a seguir ao longo desta gestão”, afirma a Delegada da CAA/MT em Jaciara, Dalila da Costa Leite.

Ao término da reunião, ocorrida no dia 07 de junho, foi lavrado documento contendo todas as tratativas do colegiado - a chamada Carta de Intenções.

O próximo encontro estadual será no final do segundo semestre deste ano, na subseção da OAB de Cáceres.

CONFIRA A RELAÇÃO DOS NOVOS CONVÊNIOS CELEBRADOS PELA DELEGADA DA CAA/MT EM PEIXOTO DE AZEVEDO, FABIANE LEMOS MELO. OS DESCONTOS SÃO VÁLIDOS PARA OS PROFISSIONAIS DA ADVOCACIA (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DA OAB-MT) E SEUS DEPENDENTES

HILDECI MODAS - vestuário, calçados e acessórios - desconto de 20% (vinte por cento) à vista, 10% (dez por cento) a prazo, e parcelamento em até 10 (dez) vezes no crediário próprio. Endereço - Avenida Brasil, nº 54, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, telefone (66) 3575-2021.

WIZARD ESCOLA DE IDIOMAS - desconto de 15% (quinze por cento) nos cursos. Endereço - Rua Portal da Amazônia, n 52, Centro, atrás da Ótica Ruby, Peixoto de Azevedo/MT, telefone (66) 3575-1026.

LABORATÓRIO SÃO LUCAS - exames clínicos - desconto de 30% (trinta por cento) na realização de exames clínicos (bioquímica, hematologia, hormônios,

coagulação, imunologia, imuno-hematologia, urinálise, parasitologia e outros). Endereço - Avenida Brasil, nº 171, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, telefone (66) 99994-6030.

DRA ALBA VALERIA DE CARVALHO E RIBEIRO - odontologia - desconto de 15% (quinze por cento) na realização de restauração em resina (brancas), coroas de porcelana coras/lentes de contato (estética dental), limpeza, extrações dentárias, clareamento, dentadura, ponte e tratamento de apneia. Endereço - Rua 15, nº 804, Centro, Matupá/MT, telefone (66) 99959-3637.

ADELAIR MACHADO - coach - desconto de 30%

(trinta por cento) em PALESTRA MOTIVACIONAL, onde todos poderão participar ao mesmo tempo. Tendo como duração 30 minutos consecutivos ou mais tempo conforme combinar. O valor por cada palestra fica a combinar, lembrando que independentemente do valor de cada palestra fica acordado que a Master Coach Adelair Machado fará o desconto de 30% dado a CAA/MT, conforme contrato de acordo.

PROCESSO DE COACHING: 10 sessões em sala com duração de 1h30min cada ou mais dependendo de cada coachee. (caso passe o horário não será cobrado a mais do coachee). Informações: (66) 99689-6282.

ESA-MT Oferece

- **CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO SOCIETÁRIO: PREVENTIVO E LITIGIOSO**
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 23/08/2019 até 24/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 40 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 22/08/2019

- **CURSO: OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO JURÍDICO: EXTINÇÃO DA ADVOCACIA OU OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO?**
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 08/08/2019 até 08/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 07/08/2019

- **CURSO: DIREITO CONSTITUCIONAL: A SEPARAÇÃO DOS PODERES, O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO E O PROTAGONISMO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ATUAL CONTEXTO/ JURÍDICO**
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 02/08/2019 até 02/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 120 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 01/08/2019

- **PALESTRA: DIREITO DE FAMÍLIA E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS INVESTIMENTO R\$ 20,00 + 1KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL**
Município de Realização: CUIABÁ

Período do Curso: 25/07/2019 até 25/07/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 115 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 24/07/2019

- **CURSO DE FÉRIAS: DIREITO CIVIL - MUDANÇAS LEGISLATIVAS E JURISPRUDENCIAIS RECENTES - TELEPRESENCIAL**
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 24/07/2019 até 01/08/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 30 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 23/07/2019

- **III CONGRESSO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DAS SECCIONAIS DA OAB**
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 18/07/2019 até 19/07/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 200 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 15/07/2019

- **CURSO DE FÉRIAS: ATUALIDADES EM DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO - TELEPRESENCIAL**
Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 10/07/2019 até 23/07/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 30 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 09/07/2019



OAB-MT e Faculdade Faipe celebram convênio para cursos de pós-graduação

A OAB-MT e a Faculdade de Tecnologia do Ipê (Faipe) celebraram um convênio de cooperação mútua para a oferta de capacitação em diferentes modalidades do ensino de pós-graduação. A parceria foi firmada com a entidade através da Escola Superior de Advocacia (ESA-MT).

Advogados e advogadas poderão, por meio do convênio, obter de 25% até 50% de desconto nos valores dos cursos ofertados, que serão divulgados pela OAB-MT em suas plataformas de comunicação.

A Faculdade Faipe tem o indicador IGC (Índice Geral de Cursos) nota quatro na avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC) que indica a qualidade das Instituições de Educação Superior. O último resultado divulgado pelo MEC é de 2017. A nota máxima atribuída às instituições é cinco.

Os cursos serão ministrados nas salas da ESA-MT conforme calendário a ser divulgado pela instituição. Porém, a faculdade pensa na oferta de cursos em outras regiões do Estado, através da Subseções, e pela modalidade à distância, como explicou o diretor Marcos Crepaldi.

“Nossa preocupação é trazer os cursos de qualidade que temos para dentro da OAB-MT, que são cursos de pós-graduação a título de especialização com 360 horas, o mínimo, ou de 500h e 600h, de acordo com a necessidade. Temos um Estado muito grande e, por isso, especificidades diferentes em cada região e essa preocupação estamos tendo para adequar a formatação”, disse o diretor.

Ele também acrescentou que o próximo passo é ofertar as especializações com ensino a distância. “Uma preocupação nossa de trazer o ensino para Mato Grosso é respeitar as entidades e trazer também os órgãos para dentro da faculdade. Queremos fazer de acordo com o regimento, o entendimento da OAB”, disse Marcos Crepaldi.

Para finalizar, o diretor ainda mencionou a realização de cursos de aperfeiçoamento, que variam de 120h a 4h de execução. “Além dos cursos de extensão também voltados para o graduando, para o aluno. A faculdade tem professores de qualidade assim como a OAB tem membros que podem enriquecer nossa faculdade. Queremos, então, estreitar os nossos laços e oferecer o que há de melhor em ensino.

Advogado de Barra do Garças é aprovado para bolsa ENA-UNINOVE-CFOAB



É de Barra do Garças o jovem advogado de Mato Grosso aprovado, entre mais de 200 candidatos do país, para ocupar uma das 12 vagas de bolsa de Mestrado em Direito oferecidas pela Escola Nacional de Advocacia (ENA) em conjunto com o Conselho Federal da OAB (CFOAB) e a Universidade Nove de Julho (Uninove). Rodston Ramos Mendes de Carvalho, de 24 anos, advogado desde 2018, é o aprovado do Estado e teve o início das aulas no primeiro semestre deste ano.

Os demais aprovados são de diversos estados do país, que foram submetidos a duas fases de avaliação: prova escrita e de línguas, na primeira etapa, e avaliação de títulos e a apresentação do projeto, na segunda. Rodston de Carvalho irá estudar a linha de pesquisa “Justiça e o paradigma da eficiência”.

A bolsa concedida ao jovem advogado é integral de R\$ 3,5 mil, com aulas na sede da instituição, em São Paulo, a cada quinzena. “Me parece que vão

abrir seletivas a cada semestre. Espero que essa experiência incentive outros a se inscreverem no processo”, comentou o futuro mestrando.

A seletiva da qual participou foi em março deste ano. O advogado disse que tomou conhecimento através de um e-mail enviado pelo CFOAB.

“A universidade é excelente, ensino impecável e professores altamente qualificados. O Mestrado possui nota 4 (índice do Ministério da Educação que avalia as instituições de nível superior, cuja nota máxima é cinco). Essa é uma boa oportunidade para quem quer aprimorar no conhecimento e/ou ingressar na área acadêmica. Se não fosse por esse caminho, provavelmente levaria mais alguns anos para buscar ingressar em alguma pós stricto sensu. Estou grato pela oportunidade que a ENA, CFOAB e UNINOVE me deram”, concluiu Rodston Carvalho.

Mais informações sobre a oferta do Mestrado podem ser obtidas no site do CFOAB www.oab.org.br.

Informe OAB

Governador sanciona na OAB nova lei da política de educação ambiental de MT

O auditório da OAB-MT foi o cenário da sanção, pelo governo estadual, da nova lei sobre a Política Estadual de Educação Ambiental. O governador Mauro Mendes assinou a sanção da lei minutos antes da palestra que encerrou a XV Semana de Meio Ambiente, no início de junho, uma realização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e parceiros, dentre eles a OAB-MT. A presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem, Renata Viviane da Silva, representou a diretoria da entidade no evento. Após a solenidade de sanção, os presentes puderam acompanhar a palestra com o advogado doutor em Direito Tributário Ambiental, Werner Grau Neto, com o tema “O Ambiente Institucional e o Risco de Judicialização da Questão Ambiental (Código Florestal, Licenciamento e Compensações).



OAB-MT é eleita membro titular do Conselho Municipal de Assistência Social

A OAB-MT, representada pela Comissão de Cultura e Responsabilidade Social, foi eleita membro, como primeiro titular do seguimento de trabalhadores, do Conselho Municipal de Assistência Social de Cuiabá (CMAS). Além de integrar equipe candidata, a entidade também participou como eleitora no pleito que ocorreu em 13 de junho, para exercício do mandato 2019/2021. Compõem o Conselho a Federa-

ção das Associações das Pestalozzi de Mato Grosso e Obras Análio Franco, como titular da entidade na representação da sociedade civil; ainda no seguimento de trabalhadores, o Conselho Regional de Contabilidade integra como segundo titular; no segmento de representantes dos usuários está como o primeiro titular a Associação Mato-grossense Pró Idosos, e o segundo titular é o Grupo de Idosos do Grande Terceiro.

Comissões da OAB Rondonópolis levantam mais de 250 kg de alimentos para animais abandonados

Ação realizada pelas comissões de Eventos e do Jovem Advogado da Subseção de Rondonópolis da OAB-MT para angariar doações em prol de animais abandonados resultou em 254,5 quilos de itens alimentícios e de limpeza, além de mais de 60 litros de outros produtos destinados a higiene e outros. As doações foram fei-

tas à Associação Rondonopolitana de Proteção aos Animais Abandonados (ARPAA), depois do recolhimento feito nas salas da OAB instaladas nos fóruns e em comércios de Rondonópolis entre os dias 10 e 14 de junho. As doações podem ser feitas a qualquer tempo. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (66) 99900-9250.

OAB Mirassol d'Oeste oferece palestra em Quatro Marcos e arrecada pacotes de fraldas geriátricas

A Subseção de Mirassol d'Oeste da OAB-MT realizou uma palestra na Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos sobre “Usucapião Extrajudicial”. Voltado a profissionais da advocacia, cartórios, acadêmicos de Direito e comissões fundiárias municipais, o evento aconteceu no dia 10 de junho e também teve uma ação solidária como meta, a doação de fraldas geriátricas arrecadadas como ingresso social para assistir à palestra. O evento foi realizado pela ESA-MT em conjunto com a Associação dos Registradores e Notários do Estado de Mato Grosso. As fraldas arrecadadas, um montante de 127 pacotes, foram doadas, no dia seguinte à palestra, ao Lar Santa Rita de cássia, instituição que acolhe idosos carentes em São José dos Quatro Marcos.

Comissão da OAB-MT participa do Knect 365 para tratar de insolvência e temas afins com outros 15 países

A OAB-MT, através do presidente da Comissão de Estudos da Lei de Falência e Recuperação de Empresas, Breno Miranda, participou de um evento internacional sobre insolvência, fraudes, formas e métodos de recuperação dos ativos financeiros na capital paulista. O encontro ocorreu com profissionais do setor de insolvência no Brasil, além de demais outros 15 países. Conforme apontou Breno Miranda, tratou-se de um dos mais relevantes eventos na área de fraude e recuperação de ativos no mundo e contou com 11 painéis de debates, com enfoque nas perspectivas globais a respeito da ocorrência de fraudes e nas medidas judiciais aptas a aumentar a efetividade e celeridade dos procedimentos de recuperação de ativos.

Em Destaque



No mês em que a OAB-MT completou 86 anos, a diretoria homenageou o primeiro advogado do Estado a ter a Carteira da Ordem. A carteira de número 001 foi emitida, em 29 de junho de 1933, a Jesus Lange Adrien. A filha Ana Amélia Adrien Correa da Costa, a neta Janaina Adrien Correa da Costa Bezerra e o bisneto, o advogado com inscrição número 26.915, Pedro Adrien Neto, receberam a homenagem da Ordem – a carteira emoldurada e a placa de reconhecimento pelos serviços prestados à advocacia de Mato Grosso, durante a sessão do Conselho Seccional do mês



Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT reunida com membros da OAB Rondonópolis durante mesa de debates sobre o chamado Pacote Anticrime do governo federal, passo na interiorização dos trabalhos do grupo



Membro-consultora da Comissão de Defesa da Igualdade Racial da OAB-MT, professora Silviene Ramos, na entrega dos cobertores arrecadados em campanha da entidade aos xavantes que participam do ritual da Bateção D'Água, na região de Barra do Garças



Também no dia em que celebrado o aniversário da Seccional de Mato Grosso da OAB, a Câmara Municipal de Cuiabá, representada pelo vereador Devair Cabral, entregou uma Moção de Aplausos à diretoria, durante a sessão do Conselho.



Comissão de Segurança Pública e Direito Militar da OAB Barra do Garças atualizou 85 policiais militares da cidade sobre o que versa a nova lei que autoriza a aplicação de medidas protetivas de urgência pela autoridade judicial ou policial. Os homens do 2º Batalhão da Polícia Militar de Barra do Garças assistiram à palestra